

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 35ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 56ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissão

### 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissão

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – MANIFESTAÇÕES

### 5 – REQUERIMENTOS APROVADOS

### 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATAS**

## ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/10/2020

### Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Arlen Santiago; discurso do deputado Arlen Santiago; votação nominal e remota do requerimento; aprovação – Requerimento do deputado João Leite; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.040/2019; discurso da deputada Celise Laviola; votação nominal e remota do projeto; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.699/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.031/2017; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.958/2018; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.496/2018; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 150/2019; encerramento da discussão; discurso da deputada Leninha; votação nominal e remota do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 448/2019; encerramento da discussão; discurso da deputada Beatriz Cerqueira; votação nominal e remota do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 894/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 919/2019; encerramento da discussão; discurso do deputado Zé Guilherme; votação nominal e remota do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2019; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.210/2019; encerramento da discussão; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Declarações de Voto – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

### Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h5min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### 1ª Parte

#### Ata

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Orientações Gerais sobre a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a apreciação das proposições constantes na pauta desta reunião extraordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as normas do Regimento Interno, bem como as seguintes diretrizes:

- 1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;
- 2) Os parlamentares podem discutir as proposições constantes na pauta pelo prazo de 60 minutos, nos termos do inciso I do art. 246 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”.
- 3) As inscrições para discussão serão preservadas para as reuniões subsequentes até o encerramento da discussão;
- 4) Será admitido aparte na discussão. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;
- 5) Os parlamentares poderão encaminhar a votação das proposições constantes na pauta pelo prazo de 10 minutos, nos termos do art. 264 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever na plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Não será admitido aparte no encaminhamento de votação, nos termos do inciso III do § 2º do art. 162 do Regimento Interno;
- 6) Em se tratando de matéria destacada, poderão encaminhar a votação, pelo prazo de 5 minutos, três deputados, sendo um a favor, um contra e o relator, com preferência para o autor do destaque, nos termos do inciso III do art. 264 do Regimento Interno. Para tanto, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”, no campo referente ao dispositivo destacado;
- 7) A matéria será submetida a votação remota pela plataforma Silegis;

8) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, devendo se inscrever na plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Será concedida a palavra somente após o término de todas as votações;

9) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

10) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito para discutir a matéria e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a discussão.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Arlen Santiago em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.089/2020 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, é rapidinho.

Quero agradecer muito ao senhor por ter feito esta pauta de votação, o que mostra que, sob sua liderança, a Assembleia, neste ano de 2020, tem feito um trabalho intenso, inclusive em plena época eleitoral, votando pareceres.

Fiz esse pedido, presidente, porque, como não sabia que haveria votação, estou preparado para fazer uma tomografia abdominal às 12 horas. Aí tomei os laxantes e estou aqui assim: corro para o banheiro, volto, corro para o banheiro e volto.

Então, gostaria que o meu projeto fosse votado em primeiro lugar, pois aí eu acompanharia as outras votações com mais tranquilidade.

Agradeço aos colegas da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e da Comissão de Administração Pública a celeridade que tiveram com esse projeto, porque é importante autorizar o Estado a passar esse trecho da BR-135 para a questão federal, a fim de que possa constar do orçamento federal ainda este ano. O ministro Tarcísio já está organizado para isso.

Muito obrigado. Era isso o que tinha a falar.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Cássio Soares – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o requerimento.

Vem à Mesa requerimento do deputado João Leite em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.699/2020 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cássio Soares – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o requerimento.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.040/2019, da deputada Celise Laviola, que acrescenta o art.5º-A à Lei nº 22.256, de 26/7/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões dos Direitos da Mulher e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Bom dia, presidente; bom dia, todos os colegas que estão aí nos acompanhando, e também que estão nos acompanhando virtualmente; e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

O projeto, presidente, que eu apresento hoje... Infelizmente a violência contra a mulher sempre existiu. O que precisamos fazer é mudar o modo como a nossa sociedade lida com esse fenômeno, que, às vezes, é ignorado, e criar mecanismos para combatê-lo. É isso que estamos fazendo aqui. A Assembleia de Minas tem sido pioneira em discutir muitos temas de extrema relevância para todos os mineiros, e hoje temos a oportunidade de contribuir na luta contra a violência contra as mulheres, especialmente as servidoras públicas. Lembrando que eu sou servidora pública e mulher.

O projeto que apresentei tem como objetivo proteger as servidoras do Estado de Minas Gerais. Essa proteção adicional se dará a partir da vedação da divulgação, por órgãos e entidades da administração pública estadual, de dados de servidoras que tiveram, em seu favor, medidas protetivas. Assim, com a vedação da divulgação desses dados, os agressores não terão acesso às informações e terão o potencial de ação mitigado.

Eu quero deixar aqui registrado o meu profundo agradecimento aos colegas parlamentares que puderem acompanhar na votação desse projeto votando positivamente, já que aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça, em que o relator foi o meu querido presidente da comissão, deputado Dalmo Ribeiro, e foi reiterada a aprovação pela comissão da violência contra as mulheres. Então, se o Plenário puder nos acompanhar, ficarei muito grata.

Agradeço muito a todos os colegas, e peço que acompanhem, votem "sim" ao projeto hoje apresentado. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise Laviola. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinh – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Léo Portela – Marília Campos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Bartô.

O presidente – Votaram “sim” 47 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.040/2019. À Comissão dos Direitos da Mulher.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2020, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a transferência para a União de parte da malha rodoviária que especifica, sob jurisdição estadual, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Transporte. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.089/2020 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.699/2020, do deputado João Leite, que institui a Política de Transporte sobre Trilhos no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal

Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei 1.699/2020 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.031/2017, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de

Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei 4.031/2017 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avela de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei 4.441/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.958/2018, do deputado Carlos Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapetinga os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei 4.958/2018 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei 5.496/2018 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 150/2019, da deputada Leninha, que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Bom dia, presidente. Bom dia, caros colegas deputadas e deputados. É uma alegria estar colocando na pauta de hoje esse projeto, que chegou à Casa no ano passado, em 2019. Mas ele chegou juntamente com outras organizações que discutem o turismo de base comunitária como estratégia econômica neste estado, frente inclusive a essa dependência da mineração, das commodities. Estamos falando de uma atividade econômica importante para o Estado. Para se ter ideia, presidente, caros colegas, só no ano passado, Minas Gerais recebeu mais de 30 milhões de turistas não só na Serra do Cipó, mas também nas cidades históricas



que temos aqui, em Minas Gerais. Então, estamos falando de um debate de outras economias baseadas inclusive nas atividades familiares, que conhecem muito bem o seu território, sabem fazer um manejo sustentável para receber os turistas que chegam à região; além de estar aliado à discussão da gastronomia, que é fundamental em Minas Gerais; à discussão da cultura – muitas comunidades tradicionais, na memória e na tradição, manifestações culturais muito importantes.

Por isso, nesta manhã, gostaria de pedir o apoio, o voto "sim" para esse projeto de lei aos colegas parlamentares, para que a gente possa de fato começar a desenhar as estratégias de desenvolvimento econômico baseadas nessas atividades, que são importantes para muitas regiões e também para o Estado.

Votar o projeto de lei significa inclusive abrir possibilidades de crédito, de apoios importantes, para que essas atividades sejam reconhecidas como importantes para o desenvolvimento de Minas Gerais. É fundamental, porque a gente também está falando de comunidades anfitriãs, que têm muito a ganhar. É dinamizar as economias também naquilo que o povo sabe fazer bem, que é acolher as pessoas, ofertar uma boa comida, uma boa apresentação cultural. Enfim, estamos falando de uma rede grande que, com certeza, mobilizará as economias e do Projeto Bem Viver, no qual acreditamos; de ter os recursos naturais como possibilidade de renda, mas, acima de tudo, ter os recursos como possibilidade de manter, através desse manejo sustentável, essas atividades.

Portanto, colegas parlamentares, gostaria que vocês voltassem favoravelmente a esse projeto, que já passou pelas comissões, e que a gente possa, quem sabe, ter Minas Gerais como um dos estados que mais institui a política de turismo de base comunitária como uma estratégia de desenvolvimento econômico, de futuro, de economias inteligentes, de economias baseadas inclusive no apoio às mãos, à memória e aos corpos dos povos das comunidades tradicionais deste estado.

Então, é isso, Sr. Presidente. Agradeço. Muito obrigada. Peço aos meus colegas, mais uma vez, que votem favoravelmente, voltem “sim” a esse projeto. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Leninha. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 150/2019 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 448/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, que altera a Lei 20.817, de 29/7/2013, que dispõe sobre a idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto

na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente; bom dia, meus colegas parlamentares; bom dia a todos aqueles e aquelas que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa na manhã desta quarta-feira.

Eu quero, presidente, compartilhar com os colegas parlamentares a origem e o conteúdo desse projeto de lei que vem a Plenário depois de transitar na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação. Na verdade, esse projeto de lei foi apresentado por mim a pedido da comissão articuladora do Fórum Mineiro de Educação Infantil. É um projeto que está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com resoluções do Conselho Nacional de Educação e com decisões do Superior Tribunal de Justiça. De fato, o Fórum Mineiro, ao solicitar que o nosso mandato fosse o mediador dessa proposição, visa garantir o direito da criança a permanecer na educação infantil, visa à garantia da infância, do viver a infância, de modo que a criança não tenha a antecipação do ingresso no ensino fundamental, quando deve estar na educação infantil. Então é esse o objetivo do projeto de lei. Na verdade é uma proteção ao direito da infância e da educação infantil. É por isso que ele foi apresentado no nosso mandato, tramitou nas comissões e agora vem a Plenário.

Então eu peço aos colegas parlamentares o voto favorável, considerando que esse projeto vem de uma demanda da sociedade articulada por quem já faz a defesa e a construção de políticas na área da educação infantil.

São essas as nossas considerações, presidente. Estou feliz por ter um projeto em Plenário para ser votado em 1º turno e mais ainda porque é um projeto de lei que vem da necessidade e articulado por entidade da sociedade civil, que é o Fórum Mineiro de Educação Infantil. São essas as considerações para a nossa votação.

O presidente – Muito obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

– Registra “branco”:

Delegado Heli Grilo.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 448/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Espinosa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a

votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 894/2019 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 919/2019, do deputado Zé Guilherme, que cria escolas bilíngues em Libras e Português na rede pública estadual de educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Zé Guilherme.

O deputado Zé Guilherme – Muito bom dia, Sr. Presidente, caros colegas deputadas e deputados.

Sr. Presidente, esse projeto que cria as escolas bilíngues em Libras e português na rede pública estadual de educação é de uma importância enorme para a comunidade surda do Estado de Minas Gerais. A comunidade aguarda com muita ansiedade a aprovação desse projeto. O Brasil possui compromisso firmado internacionalmente, a exemplo da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ratificada por meio do Decreto Legislativo nº 186, no sentido de dar preferência à educação inclusiva e viabilizar os meios mais efetivos para a sua concepção. No entanto, é de amplo conhecimento que esse processo de adaptação nas instituições de ensino regulares não tem obedecido o ritmo previsto ou cumprido com as expectativas levantadas para essa meta. Assim, com a finalidade de atender adequadamente crianças, jovens e adultos surdos e surdos-cegos, no passo em que tais adaptações ainda não se consagraram, torna-se absolutamente pertinente a proposição do presente projeto.

Então venho aqui, Sr. Presidente, pedir o apoio de todos os colegas deputadas e deputados para esse projeto, que é aguardado com muita ansiedade por toda a comunidade surda do Estado de Minas Gerais. Com certeza, há necessidade de conscientização e ação em prol dos surdos de Minas Gerais. Pedindo pela aprovação e pelo “sim” dos colegas, agradeço muito, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Zé Guilherme. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola –

Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 919/2019 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão da Pessoa com Deficiência.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.026/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2019, do deputado Neilando Pimenta, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Município de Teófilo Otôni o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.210/2019, do deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Romaria. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Transporte. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.210/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2019, do deputado Raul Belém, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Veríssimo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Marília Campos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.373/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.401/2020, do deputado Gustavo Valadares, que regulamenta, no âmbito do Estado, o § 1º do art. 22 da Lei Federal nº 10.671, de 15/5/2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela

aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.401/2020 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Esporte.

#### **Declarações de Voto**

O deputado Zé Guilherme – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, estou aqui para falar da minha felicidade e para agradecer demais aos companheiros deputados e deputadas que votaram favoravelmente ao PL nº 919, que é muito aguardado, com ansiedade, por toda a comunidade surda de Minas Gerais. Esse projeto foi amplamente debatido com toda a comunidade. Fizemos reuniões na UFMG e ouvimos todos os segmentos da comunidade surda. É de suma importância que isso aconteça em Minas Gerais. É uma evolução muito grande para a inclusão das pessoas surdas e dos surdos-cegos. Fico muito feliz de estar aqui e agradeço demais o apoio. Ainda teremos uma segunda etapa, que é o 2º turno desta votação. Mas tenho certeza absoluta de que sairemos vencedores e de que nós poderemos modificar a realidade da comunidade surda no Estado de Minas Gerais. Foi um projeto que tramitou pela CCJ, pela Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência, na Comissão de Educação e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Além disso, foi um projeto amplamente debatido e acolhido pela maioria dos parlamentares presentes nesta sessão. Gostaria de dizer que estou muito feliz. Quero agradecer demais e parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela condução desde março, quando entramos na pandemia, dos trabalhos da Assembleia. Não paramos e estamos aí produzindo bastante. Tenho certeza absoluta de que é a Casa que mais produz no Brasil. Desejamos a todos um ótimo dia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Zé Guilherme. Cumprimento V. Exa. pela aprovação, em 1º turno, de um importante projeto para as crianças e os jovens do nosso estado. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Bom dia, presidente; bom dia, colegas deputados e deputadas. Quero também cumprimentar todos que acompanham a TV Assembleia nesta manhã. Presidente, eu estou muito feliz com o resultado dessa votação e acredito, de fato, que esta Casa avança muito com esses projetos e com essa resposta para o governo do Estado, trazendo importantes projetos em que se pensou na inclusão dos surdos, na educação, no combate à violência contra as mulheres e à violência simbólica. Eu me inscrevi para a declaração de voto para dizer da emoção de ter votado hoje um projeto de lei da deputada Leninha, não só pela grandeza da atuação dessa deputada no Norte de Minas, mas também pela capacidade que as mulheres têm de trazer projetos que são muito mais amplos do que tratar apenas de um tema. Então, esse projeto dela é magnífico. É importante dizer da importância de ter mais mulheres ocupando a política, porque, quando nós a ocupamos, o nosso corpo também traz respostas de atuação territorial que vão para além de uma única pauta. E aqui eu quero chamar a atenção dizendo que esse projeto de lei, pensando o turismo comunitário, dá a resposta neste momento de pandemia, em que há uma crise econômica que vem nos assolando. Além disso, é importante pela preservação do

território, pensando na preservação do meio ambiente, na preservação das tradições culturais dos povos, na preservação de territórios e numa resposta imediata a esse modelo econômico de mineração predatória que só mata, extermina e só deixa buraco para trás. Então, quero parabenizar e dizer que fico muito feliz e muito orgulhosa de, nesta legislação, também haver deputados e deputadas que têm esse olhar sensível e capaz de agir dando resposta tão importante como essa trazida pela deputada Leninha. Pensar na preservação dos territórios tradicionais, territórios da tradição e do patrimônio material e imaterial é algo que nos surpreende não só pela capacidade de síntese desse projeto, mas também pelo quanto está na mão agora do governo do Estado garantir que essa política seja algo inovador no Estado de Minas Gerais, dando resposta a este momento de crise. Essas são as minhas palavras, presidente, e já agradeço.

A deputada Laura Serrano – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas parlamentares. Eu gostaria de parabenizar a deputada Celise Laviola pelo Projeto de Lei nº 1.040, de 2019, que trata de um tema tão importante, que é o combate à violência contra a mulher. Gostaria de destacar também o Projeto nº 1.699, de 2020, de autoria do deputado João Leite, que aprovamos hoje nesta Casa e que é tão importante ao instituir a Política de Transporte sobre Trilhos no Estado. Várias vezes eu já mencionei a importância desse tema das ferrovias para o transporte no nosso estado. Quero destacar também o projeto do deputado Zé Guilherme, que trata da inclusão dos alunos, dos estudantes surdos e surdos-cegos, que eu também já comentei em outras oportunidades. Mas a minha declaração de voto, Sr. Presidente, é em relação a dois projetos importantes relacionados à educação. E aqui destaco o projeto da deputada Beatriz Cerqueira, ou seja, o Projeto de Lei nº 448, de 2019, que, ao revogar uma lei estadual que entrava em contradição com uma norma federal, uma resolução do Ministério da Educação, ela garante uma maior segurança e uma maior tranquilidade para todos pois sana qualquer dúvida ou incoerência que possa ter sido gerada antes por essas regras que não estavam em sintonia. Esse projeto trata do corte da idade de entrada das crianças no 1º ano do ensino fundamental. Então agora fica claro que segue a data de 31 de março como o corte para a entrada das crianças no ensino fundamental. É importante para que haja, então, regras claras e para que os pais e toda a comunidade escolar e os alunos possam tratar isso com maior segurança, maior clareza das informações. Outro projeto também que eu queria destacar é o Projeto de Lei 5.496, de 2018, do deputado Roberto Andrade, que trata de uma doação de imóvel para uma escola que vai ser municipalizada. Esse tema eu também considero muito importante, que é a municipalização das escolas que apresentam os anos iniciais do ensino fundamental, essa divisão prevista constitucionalmente em que a gente tem a educação infantil e o ensino fundamental – anos iniciais – como responsabilidade dos municípios. É muito importante porque é um município que está próximo da população e dos estudantes, e, muitas vezes, acaba sendo realizada essa gestão escolar do ensino fundamental como um todo – anos iniciais e anos finais – pelo Estado, até porque, em certos casos, a gente vê que os municípios não têm condições de viabilidade econômico-financeira de prestação desses serviços, mas é muito importante. Quanto mais a gente possa municipalizar esses anos iniciais do ensino fundamental, para que a gente tenha a gestão da educação dos nossos pequenininhos cada vez mais próxima do cidadão, será muito importante. Então, são essas as minhas palavras de hoje. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O deputado Gustavo Santana – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, desejo um bom dia a todos. Quero agradecer a meus pares a aprovação do Projeto de Lei nº 4.441, de minha autoria, para o Município de Leopoldina. Esse projeto é muito importante porque vai poder atender o centro social urbano do município. Sr. Presidente, agradeço a oportunidade da declaração de voto e peço um apelo a V. Exa. junto aos meus pares para que cobrem do governo do Estado sobre o déficit de segurança pública, uma matéria que estamos discutindo nesta Casa em várias audiências públicas, em várias reuniões da Comissão de Segurança Pública. Nós temos um jeito de diminuir um pouco esse déficit, que são os excedentes dos concursos de bombeiro, da Polícia Militar, dos escrivães, de delegado. Temos 28% de déficit no Corpo de Bombeiros; quase 31% na Polícia Civil; delegado, 44% de déficit; médico legista, 22,4% de déficit; perito criminal, 33,2% de déficit; investigador, 40,9% de déficit; escrivão, 49,2% de déficit. Isso ocorre em todas as áreas, na Polícia Civil também. Então, esse é um apelo, Sr. Presidente, das reuniões em que estive. Eu quero agradecer muito ao secretário Igor Eto, sempre atencioso, querendo resolver esse problema. No primeiro dia de reunião, quando conversei com ele, eu falei que eu não estava nessa reunião, nessa audiência que eu pedi com ele, discutindo somente o problema dos excedentes, mas

estava discutindo o problema do déficit da segurança pública. E, para diminuir esse déficit, já que temos esses poucos excedentes, que chamemos eles na totalidade de todas as áreas. E, junto ao governo, nós, da Assembleia, vamos ajudar, com certeza, o governador a diminuir os problemas e autorizar novas propostas que o Executivo mandar para que os mineiros e as mineiras não fiquem com esse déficit, que é muito importante para a segurança em todo o nosso estado. No mais, Sr. Presidente, parabéns pela conduta da nossa presidência. A Assembleia está dando o exemplo porque desde o início desta pandemia não parou. Um bom dia a todos. Muito obrigado.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/10/2020**

#### **Presidência do Deputado Cristiano Silveira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens nºs 98 e 99/2020 (encaminhando o segundo relatório trimestral, que contém informações sobre a evolução da receita e da despesa do Estado e as medidas adotadas pelo Poder Executivo no enfrentamento da pandemia de covid-19, e substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.016/2019, respectivamente), do governador do Estado; ofícios – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 6.297, 6.298, 6.314 e 6.554 a 6.560/2020 – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Antonio Carlos Arantes, da deputada Celise Laviola e dos deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

#### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Professor Irineu – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

#### **Ata**

– O deputado Betão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Correspondência**

– O deputado Guilherme da Cunha, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:



**MENSAGEM Nº 98/2020**

– A Mensagem nº 98/2020, encaminhando o segundo relatório trimestral, que contém informações sobre a evolução da receita e da despesa do Estado e as medidas adotadas pelo Poder Executivo no enfrentamento da pandemia de covid-19, foi publicada na edição anterior.

**MENSAGEM Nº 99/2020**

– A Mensagem nº 99/2020, encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.016/2019, foi publicada na edição anterior.

**OFÍCIOS**

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 757/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, solicitando a prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 6.224/2020, do deputado Cleitinho Azevedo. (– Prorrogação do prazo não concedida, nos termos do art. 7º da Deliberação nº 2.738, de 2020.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, solicitando a prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 6.165/2020, da Comissão do Trabalho. (– Prorrogação do prazo não concedida, nos termos do art. 7º da Deliberação nº 2.738, de 2020.)

**Orientações Gerais sobre a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### REQUERIMENTOS

Nº 6.297/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público pedido de informações sobre o Ofício nº 0091/2016, protocolado pelo deputado Sargento Rodrigues em 5/2/2016, no qual solicita investigação sobre fatos relacionados à segurança e à guarda dos Palácios da Liberdade e Mangabeiras, em Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.298/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja instaurado processo administrativo disciplinar – PAD –, tendo em vista fatos amplamente noticiados desde 2016 e relacionados com a segurança e a guarda dos Palácios da Liberdade e Mangabeiras, em Belo Horizonte, e a possível motivação pessoal do então chefe de Gabinete Militar, Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, que teria incorrido, em tese, no crime de prevaricação.

Nº 6.314/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre o Ofício nº 0083/2016, protocolado em 5/2/2016, no qual se solicita seja realizada investigação sobre fatos relacionados à segurança e à guarda dos Palácios da Liberdade e Mangabeiras, em Belo Horizonte, diante de denúncias segundo as quais se estariam adotando procedimentos para retardar a ação da Polícia Federal no cumprimento de eventuais mandados judiciais contra o Sr. Fernando Pimentel, governador do Estado na época, e a Sra. Carolina de Oliveira Pimentel, sua esposa, investigados na Operação Acrônimo.

Nº 6.554/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à adoção de medidas urgentes para o recapeamento da Rodovia MG-190, que liga os Municípios de Uberaba e Nova Ponte, tendo em vista que vários trechos da referida rodovia se encontram em situação precária, comprometendo a segurança dos usuários e o tráfego pela região. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.555/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à adoção de medidas urgentes para o recapeamento da Rodovia MG-427, que liga os Municípios de Uberaba e Conceição das Alagoas, tendo em vista que vários trechos da referida rodovia se encontram em situação precária, comprometendo a segurança dos usuários e o tráfego na região. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 6.556/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de presos testados para covid-19 no âmbito do sistema prisional do Estado e o número de presos liberados das unidades, com a utilização de tornozeleira eletrônica, durante o período de vigência do decreto de calamidade pública, em razão da pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 6.557/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Teresa dos Santos por sua relevante atuação como presidenta da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e pela defesa dos direitos humanos no âmbito do sistema prisional, particularmente no que se refere à agenda da plataforma Desencarcera no Estado.

Nº 6.558/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a fábrica Dom Coimbra pelo destaque na produção de doce de leite no Estado e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pelo empreendedorismo, capacitação e valorização dos produtores de Minas Gerais e de seus produtos. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 6.559/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e com Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pela conquista, com o vinho Syrah Epamig, da medalha de ouro no 10º Brasil Wine Challenge, ocorrido de 13 a 16 de outubro, em Bento Gonçalves (RS). (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 6.560/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a decisão do governo do Estado de determinar a desocupação, pelas federações de esportes, das salas que ocupam no Estádio Jornalista Felipe Drummond, o Mineirinho, até fim de junho de 2021, especificamente sobre os motivos dessa decisão, sobre o novo local onde as federações serão alocadas após a desocupação e sobre a destinação que será dada ao ginásio. (– À Mesa da Assembleia.)

### Oradores Inscritos

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente, nobres colegas, gostaria aqui de me manifestar sobre um grande problema que está ocorrendo hoje no nosso Estado de Minas Gerais, que é a questão dessa seca gravíssima, que afetou todo o setor do agronegócio, especialmente a pecuária e também a cafeicultura. Na realidade, o que nós vemos hoje – podemos falar – é a maior seca da história de Minas Gerais. São mais de seis meses sem chuva – quando eu falo do Estado de Minas Gerais – na região cafeeira. É uma situação gravíssima. O que nós estamos vendo hoje é muito sofrimento dos produtores, que investiram muito na cafeicultura.

Sr. Presidente, peço só 1 minutinho, pois há um outro áudio aqui ligado que está atrapalhando. A televisão também estava ligada na TV Assembleia.

Mas o que está acontecendo hoje é que, há seis meses, a região Sul e Sudoeste de Minas, que tem para a produção de café – podemos falar – aproximadamente 300.000ha; são lavouras cafeeiras produzindo aí em torno de 10 milhões de sacas de café... Houve uma supersafra, uma safra muito positiva neste ano, o que capitalizou bastante o nosso setor. Mas o que nós vemos é que, normalmente em nossa região, entre abril e setembro, costuma haver algumas chuvas que acabam mantendo as lavouras em bom estado. Diante de uma safra maior, em que as lavouras acabam tendo um desgaste, e aí, com esta seca fora da normalidade, nossos produtores de café já estão vendo aí um colapso – essa é a realidade. Para o ano que vem, prevíamos uma safra média para boa, não igual à deste ano, mas já podemos falar de uma safra muito baixa, mas muito baixa. Para grande parte dos produtores, nós podemos falar em safra zero: não vão produzir nada.

Nesta semana estive em meu município, onde nasci, fui criado e cresci, que é Jacuí, e também no Município de São Sebastião do Paraíso, no Município de Fortaleza de Minas e nos Municípios de Monte Santo de Minas e Itamogi. Olhem, é assustador, assustador. Lavouras de café de 3 anos de idade em regiões arenosas estão morrendo, morrendo mesmo. São lavouras em que se pode passar uma máquina, passar a grade e arrancar – perderam tudo. As lavouras que têm solos um pouco mais argilosos estão vivas, mas, quanto àquela florada que estava prevista para agora, esqueçam, não haverá. E nós vimos, inclusive, lavouras irrigadas tendo muitos problemas, não haverá a produtividade esperada devido à alta insolação.

Então, realmente o clima foi totalmente adverso, e o prejuízo é muito, muito grande. Vi produtores que se emocionaram, choraram, não sabem como vão pagar suas dívidas; vi vários produtores que já tinham vendido seu café – venda futura – e recebido insumos em troca e que não terão esse café para pagar o ano que vem. Há pessoas que – como se fala – já travaram o preço do café em um valor definido para entregar no ano que vem, mas que não terão o café; aí serão obrigadas a entregar esse café, e provavelmente o preço do café vai subir porque faltará café, e elas terão que comprar café caro para entregar mais barato. Isso é horrível; a situação é muito séria, a situação é muito grave. Inclusive eu fiz vídeo dessas pessoas, e o encaminhamos para o presidente Bolsonaro e também para o nosso governador Zema – ele hoje até já manifestou que viu o vídeo –, para a secretária de Agricultura, para a ministra de Agricultura; e encaminharei hoje também para as entidades bancárias – o Banco do Brasil, o Sicoob –, para as empresas – há empresas também que financiam diretamente o produtor – e para muitas cooperativas.

Então, posso dizer que grande parte dos nossos produtores de café não terão café, não terão renda no ano que vem; a partir de agora, não é? Este foi um ano positivo; o pessoal estava saudando as dívidas, pagando contas, fazendo melhorias na propriedade, investindo no café para o próximo ano e, resultado, não vai haver produção.

Então, aproveito esta fala para fazer aí um apelo ao presidente Bolsonaro, à ministra Tereza Cristina, às entidades como Faemg e Ocemg, ao governador e também à secretária de Agricultura, para que se busque uma alternativa de renegociação, de prorrogação dessas dívidas, de se achar uma forma de esse produtor ter condições de ainda investir no café neste ano para que, daqui a dois anos, ele tenha produção, porque, no ano que vem, a produção vai ser horrível, vai ser muito baixa. Isso vai impactar a renda do produtor, que não a terá; vai impactar a renda do município que – podem ter certeza – vai pagar caro. É muito preocupante porque, às vezes, o prefeito não sabe avaliar o que está vindo por aí, mas, no ano que vem, não vai haver a panha de café. Muitas famílias, inclusive urbanas, vivem da panha de café, trabalham de dois a três meses apanhando café; e, depois, com aquele recurso, ele compra alimentos para o ano inteiro, fica tranquilo nessa parte e passa a ter mesmo o recurso para custear o ano. Mas não terá isso no ano que vem.

Então muitos municípios vão ter problema social. O que vai haver de gente que não vai ter salário, que não vai ter renda e vai atrás da prefeitura não será pouco. Então, eu já estou antecipando um colapso nesses municípios que vivem e têm essa dependência completa da cafeicultura. É muito preocupante a situação.

Vejo que é hora de o nosso presidente da República, ministro, governador, Banco do Brasil, Sicoob e outras entidades financeiras buscarem uma estratégia de aliviar o sofrimento desses produtores. O pessoal pode falar assim: “Mas agora começou a chover”. Inclusive, no dia em que eu estava lá conversando com os produtores, choveu. Essa chuva é muito bem-vinda e vai ajudar o pé de café a recuperar-se para produzir daqui a dois anos, mas, para essa safra, já foi. Para essa safra, a lavoura teria que estar bastante enfolhada, bastante “enfavestida”, como na nossa fala popular; ela teria de estar totalmente completa mesmo, verde, sem doença. Ao final de março, ela estava maravilhosa. Mas não é o que tem agora. Hoje o que nós temos, como a gente fala lá na roça: “É lenheiro, está no lenho, não vê folho mais”. O café secou mesmo, parece que passou uma geada, parece que passou o fogo. Inclusive, no dia em que o governador foi a São Sebastião do Paraíso, na quinta-feira passada – foi lá ver as nossas estradas, não é? –, eu lhe mostrei lavouras nesta condição. Falei: “Olha aí, governador, isso no ano que vem não produz nada, só daqui a dois anos. Há lavoura aqui que está morta, não há mais como salvá-la; vão ter que plantar novamente ou abandonar aí a sua atividade”.

Mas enfim, esta é minha fala nesse sentido. É um apelo às autoridades, às lideranças para que olhem com carinho para nossos produtores, principalmente os pequenos produtores, cuja família vive daquilo, não tem outra atividade. Mas também há os médios e grandes produtores; há muita gente em situação muito difícil, e a situação realmente vai piorar mais à medida que forem vencendo suas contas e seus financiamentos.

Então, fazemos um apelo a todas as autoridades. Inclusive, estamos propondo aqui uma audiência pública, uma série de ações; e espero que a Faemg possa mobilizar também as entidades financeiras, a Ocemg, para que as nossas cooperativas busquem uma forma de apoiar e de ajudar a dar uma amenizada na situação dos nossos produtores de café.

Agora, vamos falar de coisas positivas. Recebemos em São Sebastião do Paraíso o nosso governador Romeu Zema. Falo que o governador tem sido aí um exemplo de humildade e de capacidade, com uma equipe muito preparada. Tivemos a alegria de receber o nosso governador e também o secretário Igor Eto, que tem feito um belíssimo trabalho, assim como o Mateus Simões e todo o estafe do governo, todo não, mas algumas pessoas da área de obras, como o secretário Fernando Marcato, que também tem sido uma grata surpresa. Estava com sua equipe lá também.

Foram a São Sebastião do Paraíso conhecer um projeto que estou desenvolvendo com os municípios. Há lugares como Ouro Fino, onde o prefeito Maurício já está fazendo rodovia há algum tempo. São rodovias de baixo custo. Baixo custo não significa baixa qualidade. Pelo contrário, é de excelente qualidade. É estrada por onde passa não só caminhão, mas bitrem, tremião inclusive. O

produtor lá e o engenheiro da obra disseram que ali é comum passar esses tremiões com cana, com laranja, com fertilizantes, principalmente (- Falha na transmissão do áudio.) São rodovias de altíssima qualidade.

Mas qual é a diferença? A diferença, gente, é que não tem aquele negócio de movimentar terra para lá, terraplanagem das mais caras, absurdas, muitas movimentações de terra. Não tem nada disso. Nós fazemos o necessário para que tenhamos uma estrada boa. Ou seja, pega uma estrada vicinal, que normalmente já tem sua largura de 7, 8, 9, 10 metros. Você apenas faz ali a rampa. Limpa as beiradas da estrada. Onde há umidade, você faz a drenagem; onde não há umidade, faz apenas as canaletas nas partes que não têm umidade. No restante, é apenas o subleito, a sub-base e, depois, a base. E base comum, normal, como o DER pratica em qualquer lugar.

Quando eu era prefeito de Jacuí, há 20 anos, fiz estrada, que está lá para quem quiser ver. Essa estrada que fiz, à época, foi depois transformada em rodovia federal, que é a BR-265. Está lá uma maravilha, sem nenhum problema. A parte que envolvia o meio da base, perfeito.

Então, gente, o governador viu e gostou. Ele viu a estrada executada. Viu a execução. Viu que realmente é possível fazer 1km de estrada com R\$500.000,00. Quando você coloca a prefeitura para fazer e ela tem máquinas, tem equipamentos, você faz apenas com recursos, com verbas das emendas parlamentares, inclusive emenda minha. Coloca lá R\$500.000,00, por exemplo. Dá para fazer 2km, porque o município entra com máquinas. O município adquire apenas a massa e providencia a distribuição daquela massa e também a parte de pintura (- Falha na transmissão do áudio.)

Então, gente, não tem segredo. É eficiência, honestidade, gestão. É possível fazer grandes extensões de rodovias gastando muito pouco. Falei com o governador: “Governador, pega aí R\$1.000.000.000,00 da Prodemge. Dá para fazer 3.000km de estrada para os municípios.” É nos municípios que as coisas acontecem. Gente, há prefeito desonesto? Sim. Existe prefeito enrolado? Sim. Há prefeito ruim de serviço? Há. Mas isso não é a maioria não, gente! A maioria tem boa vontade, tem seriedade, tem capacidade e tem como fazer. Então é possível. Quando você faz uma rodovia dessa, asfaltada, o que você aumenta na produção agropecuária melhora nas condições de vida das pessoas na saúde, na educação. Isso se paga em muito pouco tempo.

Esse foi o objetivo. Levamos o governador lá. Ele gostou do que viu. Quero agradecer muito ao governador Romeu Zema, ao Igor Eto, que esteve nessa cidade (- Inaudível.), e ao secretário Fernando Marcato. Espero que, a partir daí, nós possamos trabalhar um projeto para todo o Estado, com o apoio dos nossos deputados, colocando emendas em parceria com as prefeituras.

Então, nobres colegas, quem estiver nos ouvindo, nos assistindo, peço que me procure. Vou mostrar para vocês. Que possam visitar Jacuí, onde estamos fazendo para Fortaleza de Minas; que possam visitar Nova Resende, onde estamos fazendo até o Distrito de Petúnia; que possam visitar São Sebastião do Paraíso, que está em direção também a (- Falha na transmissão do áudio.) E outros lugares. Lá, em Ouro Fino, tem muito obras. São mais de (- Falha na transmissão do áudio.)

Então, presidente, encerro agradecendo ao governador também pelas obras na MG-050, na região de Passos, que demoraram muitos anos para acontecer. As de São Sebastião do Paraíso aconteceram muito antes, mas agora aconteceram as tão esperadas obras de Passos. Esperamos continuar com mais obras, não só em Passos, mas também em São Sebastião do Paraíso, onde solicitamos inclusive a antecipação de (- Falha na transmissão do áudio.)

Muito obrigado. Um abraço a todos os nossos colegas e também aos telespectadores.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente deputado Cristiano; boa tarde a todos os colegas que estão conosco, presencial ou virtualmente; boa tarde a todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia ou pelas redes sociais. Hoje fiz o encaminhamento do meu projeto, mas, depois da votação, precisei sair porque tinha uma agenda a cumprir, mas votei todos os projetos dos colegas. Depois precisei sair e não fiz a minha declaração de voto e estou vindo aqui para agradecer a todos os colegas que aprovaram o meu projeto e que trabalharam para que a violência contra a mulher fosse mais uma vez diminuída e para que a gente tivesse avanços nesse sentido. Ele serve para que a mulher que tem medida protetiva possa ter seus dados, como servidora pública,

sigilosos, isto é, resguardados, para que ela não sofra maior assédio ou violência com relação a esse tipo de problema. Então é um avanço. Nós, mulheres, temos trabalhado nesta Casa, com afinco e com o apoio dos parlamentares homens, e o presidente, neste momento, o Cristiano da Silveira, é um que sempre tem nos apoiado nessa causa. Então a importância que tem a nossa luta nesse sentido.

Estamos no mês de combate e prevenção ao câncer de mama, no Outubro Rosa, e é até significativo um projeto como esse ser aprovado nesta época. Tudo que é relativo a direitos das mulheres, tudo que é para respeito e para prevenção da nossa identidade, da nossa forma de ser, das nossas características femininas, tudo isso é importante para a gente e precisa ter sim um destaque na nossa legislação.

Estamos sendo cuidadas, e a Assembleia de Minas está fazendo história nesse sentido, cuidando das mulheres, cuidando dos nossos direitos, e cuidando dos nossos interesses, lembrando que contamos com uma comissão permanente de Defesa dos Direitos da Mulher. Poucas casas legislativas têm essa comissão, e aqui, na Assembleia de Minas, somos pioneiras nesse sentido. A deputada Marília Campos esteve à frente desse trabalho conosco na legislatura passada, e hoje estamos mantendo esse trabalho.

Então quero agradecer, de forma muito especial, a todas as mulheres deputadas que têm estado conosco nessa luta, e, de forma carinhosa, agradecer a todos vocês, homens, que têm apoiado relativamente aos nossos problemas e defendido os nossos direitos. Sou grata aos colegas pela aprovação do projeto e sou grata a Minas Gerais, por estar se destacando na defesa dos direitos da mulher.

Obrigada, presidente, um abraço. Lembrando que já estamos com muita saudade de todos vocês, e, em especial, do nosso presidente que foi meu companheiro na Comissão de Direitos Humanos, na última legislatura.

O presidente – Obrigado, deputada Celise, e parabéns pela aprovação do seu projeto no dia de hoje, na reunião extraordinária, uma matéria muito importante para as mulheres da nossa Minas Gerais. Parabéns e obrigado pelo carinho.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire, direto do Vale do Jequitinhonha.

O deputado Doutor Jean Freire – Olá, presidente, acho que só de ver o nosso cenário aqui já se sabe que é direto do Vale do Jequitinhonha, da minha querida Itaobim.

Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e deputados, mineiros e mineiras; boa tarde, de uma maneira muito especial, ao povo dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Presidente, o que me traz aqui hoje é essa fala dirigida muito especificamente aos mineiros e às mineiras, mas, num primeiro plano, quero falar aos colegas deputados e deputadas. Estamos iniciando, nesta semana, o projeto do PPAG, a participação popular do PPAG, do Plano Plurianual de Ação Governamental, em que esta Casa é pioneira no País. Há anos que esta Casa vem levando o PPAG à discussão popular, levando e trazendo opiniões até as pessoas, mas, neste ano, em um formato diferente devido à pandemia de Covid-19. Não estamos podendo ficar tão próximos do povo, mas isso não nos impede de ficar juntos à luta do povo.

Nos outros anos, eu tive o prazer – e sempre falo – de ser vice-presidente da deputada Marília Campos na comissão; hoje estou como presidente, já estou indo para o meu quarto ano como presidente da comissão. Tivemos a felicidade de levar o PPAG até o interior, de retorná-lo ao interior para a discussão popular, fazendo o papel de ir até as pessoas, ouvir as pessoas. Em momentos de crise é muito importante ouvir as pessoas; aliás, em todos os momentos, mas principalmente nos momentos de crises, quando colhemos opiniões fantásticas. Do PPAG saem não só emendas populares, mas também requerimentos, projetos de lei, políticas públicas. Então eu quero pedir primeiramente o apoio dos deputados e das deputadas. O processo se iniciou esta semana; estamos fazendo reuniões de maneira remota, ouvindo os grupos temáticos nas áreas da saúde, segurança pública, enfrentamento à violência doméstica, todas as questões de direitos humanos, educação, a questão da água, do difícil convívio com a seca, principalmente na região Norte, no Vale do Jequitinhonha. É interessante que os colegas deputados e deputadas fomentem essa ideia nas suas regiões para que as pessoas passem a participar, entrem na plataforma da Assembleia e deem sua opinião.

Na próxima semana eu estarei numa audiência de maneira presencial, na Comissão de Participação Popular, em Belo Horizonte, junto com membros do governo para discutir o PPAG; e no mês de novembro, dia 18, nós iremos encerrar o processo e passar a discuti-lo com os consultores da Casa, da Assembleia Legislativa, e do governo, recebendo todas as demandas advindas da população. Quero aqui também aproveitar, caros colegas deputados e deputadas, para ressaltar a importância dos consultores da Assembleia Legislativa. Eu não me canso de falar da capacidade técnica desta Casa. Sem sombra de dúvida, é a Assembleia do País mais bem formada do ponto de vista técnico, com respeito a todas as outras. Eles têm nos apoiado durante todo o processo do PPAG. Acho que esse novo formato que teve o aval e todo o comprometimento do presidente Agostinho Patrus vai nos ajudar muito em outros anos. Apesar de ser feito de maneira remota, ele pode vir a agregar em outros anos, ele pode ser um fator a mais. E nós poderemos passar o ano inteiro discutindo com o povo, preparando, principalmente para uma luta que eu tenho travado, uma ideia que eu tenho colocado que é tentar levar o Plano Plurianual de Ação Governamental para ser discutido nas escolas. É uma maneira de politizarmos os nossos jovens, de fazê-los participar da decisão orçamentária do Estado de Minas Gerais. Isso é fundamental. Então, essa é uma luta minha na Assembleia Legislativa. Eu quero levar esse novo formato, que vai ajudar; não que ele vá permanecer, e o outro ser retirado, eu acho que ele vai agregar nos outros anos.

Eu quero aqui pedir a todos os mineiros e mineiras: deem a sua opinião. Participem! Ainda há tempo de participar dos grupos temáticos, de participar por meio da plataforma da Assembleia Legislativa, de dar a sua opinião. Eu quero reforçar este pedido também aos colegas deputados: entrem em contato com os sindicatos, com o terceiro setor das regiões que V. Exas. representam, com as universidades, as escolas, os diretores, para que eles possam participar na Assembleia Legislativa e dar as suas opiniões. Isso é fundamental. Deixo aqui o meu abraço a todos e a todas. Que nós possamos, apesar da pandemia deste ano, fazer um processo de PPAG muito participativo.

Para terminar a minha fala, Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, eu não poderia deixar de fazer um questionamento. É muito importante a gente sair da Assembleia, ir até as pessoas, fazer esse questionamento, ouvir as pessoas, levá-lo à Assembleia Legislativa e trazer da população pontos fundamentais para serem incluídos no PPAG. Frutos da participação popular, várias políticas foram formadas: várias lutas de enfrentamento à violência doméstica, de enfrentamento à violência sexual, ao trabalho infantil das nossas crianças e adolescentes. Mas as pessoas vão começando a desanimar, porque nunca se pagou tão mal o recurso do PPAG como o que aconteceu no último ano de 2019. Quando fui fazer a minha fala de encaminhamento à votação do PPAG, naquele momento, recebi um telefonema e uma mensagem do secretário do Planejamento – isso, no ano passado –, e ele me garantiu que este ano seriam pagos os R\$20.000.000,00. Olhem, até o momento foi pago 0,82%. É triste isso. Isso é triste. Não podemos fazer isso com as pessoas: damos com uma mão e tiramos com a outra; damos às pessoas a capacidade de participar do PPAG, de maneira popular, e depois não cumprimos, Sr. Presidente. Então, é um absurdo. A cada ano, o cumprimento vem sendo menor ainda. Então, estou defendendo nesta Casa – nós, deputados, temos as emendas parlamentares impositivas – que emenda impositiva tinha de ser a emenda do povo. Só de vir dos clamores populares, ela tinha de ser impositiva. O PPAG era essa oportunidade.

Estou com a proposta de emenda, com uma PEC, nesta Casa, que teve a assinatura também do grande companheiro Professor Cleiton para que nós possamos reviver... É uma situação para que, com o apoio do presidente Agostinho Patrus e de quase a totalidade dos deputados, possamos fazer o verdadeiro orçamento participativo. Ele já existiu no passado; por sinal, o pai do presidente foi quem encampou esta ideia, rodou o Estado de Minas Gerais junto com o Judiciário, com a Promotoria, com o Legislativo e o Executivo levando esta proposta: que 1% do orçamento fosse de ideias populares. Então nós temos que encampar isso e levar mais essas propostas até as pessoas, colher mais dados, mas não desanimá-los, porque, repito, se a promessa que se fez não for cumprida, vai ficar muito feio, vai ficar muito feio, Sr. Presidente. Nós esperamos que o governo do Estado pague os R\$20.000.000,00. Eu não aceito como desculpa dizer que é por causa da pandemia, haja vista que, das propostas populares, nós temos propostas que vão ajudar a criar emprego e renda, que vão ajudar a cultura, que vão ajudar os quilombolas, que vão ajudar o enfrentamento à violência doméstica; e, isso, num momento de pandemia, se faz mais necessário ainda.

Então, quero deixar aqui a minha indignação em relação ao pagamento. Espero que o governo honre o que prometeu e pague as emendas populares. É o que eu e as pessoas que participam do PPAG esperamos. Olhem, deve haver aproximadamente uns três anos ou quatro anos consecutivos – eu vou dar um exemplo – que os companheiros do SOS Fanado têm participado, e até hoje o mínimo do mínimo do mínimo das políticas chegaram; não chegou 1%, 2% do que eles propuseram. Isso não é correto, é dar com uma mão e tirar com a outra. Isso não é correto. Então, quero deixar aqui esse pedido. Fica aí esse pedido ao líder do governo, ao vice-líder do governo, ao companheiro que desenvolve tão bem a sua função, o deputado Guilherme, para que possamos avançar e avançar e avançar cada vez mais. É isso que espero. Isso é verdadeiramente participação popular. Muito obrigado, Sr. Presidente

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean. Parabéns pelo trabalho que tem feito na Comissão de Participação Popular e pelas boas iniciativas que V. Exa. apresenta. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu caro presidente Cristiano; boa tarde às senhoras deputadas, aos senhores deputados.

Quero abordar, nesta tarde, dois temas. O primeiro deles é sequência da minha fala de ontem, quando fiz uma veemente crítica ao presidente Bolsonaro, que disse, através da grande imprensa, que a vacina da Covid não seria, vamos dizer assim, uma exigência, uma imposição do governo; não haveria uma obrigatoriedade do governo de ser aplicada em toda a população.

Eu não achei correto isso, porque a gente está vendo aí o sacrifício pelo qual estamos passando, a dificuldade da classe médica, a dificuldade dos hospitais, dos governos estaduais. Eu acho que o governo foi muito infeliz, porque deveria, sim, pelo contrário, dizer que o governo faria ou fará todo o esforço necessário, se possível até mesmo com a busca ativa das pessoas que precisam ser vacinadas, e o governo falou exatamente o contrário.

Depois desse episódio de ontem, eu escutei hoje uma fala num vídeo do governador Romeu Zema, que participou de uma reunião com o ministro Pazuello e se colocou à disposição de todo o povo de Minas Gerais, elogiando a atitude do ministro em fazer convênios com algumas instituições que estão produzindo as vacinas aqui, no Brasil: a Fiocruz, com a vacina de Oxford; a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, com a vacina de Oxford; e o Instituto Butantã, com a CoronaVac, que é uma vacina chinesa. E o governo falou que Minas vai fazer tudo o que for possível, que a logística de distribuição dessa vacina já estaria garantida pelo governo de Minas em todos os municípios mineiros. Isso demanda uma verdadeira operação de guerra, porque é uma vacina que precisa estar em refrigeração e não pode ser transportada por qualquer veículo. Ela tem que ser transportada por veículos próprios. Imaginem distribuir essa vacina em 853 municípios, garantindo a vacinação da população de Minas Gerais, e o governo estava muito entusiasmado.

Eu fiquei muito feliz com o governo Zema, mas agora a imprensa nacional fala que o Bolsonaro desautoriza Pazuello sobre pacto com vacina chinesa. Parece uma brincadeira um trem desse, não é? Parece que a gente está vivendo um cenário de filme de terror, porque, enquanto o ministro fala uma coisa, o governo brasileiro vai lá e desautoriza o ministro, que está, inclusive, recluso, em isolamento social, por ter sido contaminado pelo vírus do coronavírus, pela Covid. Mas, numa reunião com os ministros, certamente uma reunião remota, on-line, traz a esperança aos governadores do Brasil todo, e agora o Bolsonaro desautoriza Pazuello. Parece que é a repetição de um filme de terror que aconteceu há pouco tempo com o ministro Mandetta.

E olhem bem a alegação do presidente da República, que fala o seguinte. Estou pegando aqui o release da grande imprensa. “A adesão da saúde pública do Brasil que anunciou ainda a edição de uma medida provisória de R\$1.900.000.000,00 para compra do produto pegou o Planalto de surpresa. Pazuello foi fortemente cobrado por Jair Bolsonaro, diante da leitura de que o ministro, ingênuo politicamente, acabou oferecendo à Doria” – ao governador Doria, de São Paulo – “o grande palanque nacional da vacina, um erro político semelhante ao de Mandetta, na avaliação do Planalto, quando fez tabelinha com Doria numa das primeiras grandes coletivas de combate ao coronavírus no início do ano”.



Dá para acreditar num trem desse? Dá para acreditar que nós brasileiros, que estamos aí na expectativa, na esperança de termos a vacina ainda este ano, vamos ser podados desse sonho, dessa esperança que está no coração de cada brasileiro, porque está havendo uma brigazinha política, uma antecipação das eleições de 2022, e o presidente Bolsonaro não quer ter ninguém na sua frente? Ora, quem é Dória nesse processo. Se Dória tem diferença com Bolsonaro ou se Bolsonaro tem diferença com Dória, os dois que resolvam para lá. Não é problema nosso, do povo brasileiro, não é problema dos médicos, que estão morrendo, dos enfermeiros, que estão morrendo, dos fisioterapeutas, dos biomédicos, dos assistentes dos hospitais, que trabalham nos CTIs.

Não é problema nosso, não, pelo amor de Deus. A vacina não tem nacionalidade. A briga do mundo todo é para poder ter a vacina, para poder vacinar 8 bilhões de pessoas no mundo todo. Os Estados Unidos estão lá, não querem nem saber, estão comprando as vacinas. Há quatro vacinas norte-americanas, da Pfizer, da Johnson, que estão aí, e está garantida a vacinação dos 350 milhões de norte-americanos. Você acha que a Inglaterra não está puxando a sardinha para a Inglaterra, porque a Oxford está lá? Mas, ao lado da Oxford, há a Fiocruz, a Fundação Oswaldo Cruz, um órgão secular que há aqui no Brasil. Então cada um está procurando uma maneira de garantir a vacinação. A vacina da Covid não tem nacionalidade; ela tem que ter, sim, é segurança; ela tem que ter, sim, a eficácia para poder vacinar as pessoas, e as pessoas produzirem os anticorpos. Tem que haver uma oferta em abundância, seja da Oxford, seja a CoronaVac, seja da Johnson, seja de onde for – a Sputnik, lá da Rússia. Se forem testadas e oferecerem segurança, oferecerem eficácia, não importa, podem vacinar o povo. O importante é que a ciência fale que essa vacina pode ser distribuída para a população.

Agora nós estamos preocupados em trazer essa vacina, estamos sonhando. Há gente que sonha. Ontem eu visitei a minha mãe, que tem 91 anos, na casa dela, aqui em Montes Claros, e ela falou assim: “Meu filho, e a vacina? Será que já chegou? Será que eu já posso sair aqui da minha casa? Será que eu já posso dar uma voltinha lá na rua? Será que eu posso receber os outros filhos aqui, dar um abraço?”. Com lágrimas.

Então as pessoas estão sabendo disso, as pessoas mais idosas, as crianças. Perguntem hoje a uma criança de 3 anos se ela não sabe o que é coronavírus, se ela não sabe que a vacina vai chegar e vai chegar para salvar vidas. Agora está o senhor presidente da República, com a devida vênia, com o devido respeito... Mas eu entendo que nós não temos que estar preocupados com as eleições de 2022. Quem é Dória nesse processo todo? Quem é Dória? Um coitado, é um sujeito que erra mais do que acerta. Mas não, o presidente está vendo na frente, está tirando todo mundo. É um tratorzão. Empurra para um lado, empurra para o outro, e está vendo só o caminho livre para a frente.

Pelo amor de Jesus Cristo, pelo amor de Deus, eu não aguento mais ver as pessoas morrendo! São quase 160 mil brasileiros que estão morrendo. Acabei de assistir agora, na imprensa, o caso de um médico que tomou a vacina, que foi voluntário para receber a vacina, faleceu com sintomas de coronavírus. Então, veja bem, as pessoas, os voluntários. Onde estão os voluntários? Os voluntários, que precisam fazer parte desta história do Brasil, estão aí oferecendo a sua vida, oferecendo-se para poder testar uma vacina, e a gente está vendo essa briga insana, terrível, impatriota, para poder falar: não queremos comprar a vacina da China, não. Ora, seja da China, seja da Rússia, seja da União Europeia, de onde for, se ela for eficaz, se ela for segura, se ela estiver sendo ofertada em abundância, os brasileiros vão ajoelhar e agradecer a Deus por nós termos a nossa vacina.

Pelo amor de Deus, coloque um ponto final nisso aí. Ninguém está querendo saber de política, não; ninguém quer saber dessa política rasteira, mesquinha, essa política autoritária que a gente está vendo aí. Eu não tenho nada contra o presidente, eu acho que ele tem acertado muito, mas, nesse ponto, ele deu um chute num balde de leite. Depois de tirar 20 litros de leite do peito da vaca, meteu a bicuda nesse balde, e está aí provocando essa indignação ao povo brasileiro.

Eu queria tocar em outro assunto, abordar um outro ponto. Ontem, eu recebi lideranças políticas em Montes Claros, e uma delas, a vereadora Graça, falou: “Dr. Carlos Pimenta, como está o Programa Luz Para Todos?”. Nós temos aqui na região centenas, milhares de pequenos produtores que estão precisando da luz na sua casa. E eu pesquisei na internet como está o Programa Luz para

Todos aqui em Minas Gerais, aqui no Brasil. Aí veio: “Decreto do governo federal prorroga o Programa Luz para Todos até 2022”. Fiquei até feliz com o título e falei: “Opa! Que beleza!”. Não é, Leninha? A Leninha tem um trabalho maravilhoso na zona rural, com as suas cisternas, que matou tanto a sede do povo. Milhões de pessoas tomaram a água dessas cisternas, nas quais a senhora trabalha tanto. Esse decreto prorroga o Programa Luz para Todos até 2022.

Aí eu continuei: Luz para Todos, 2020. “Mais R\$1.100.000.000,00 é aprovado para a continuidade das obras em 11 estados”. Quando eu fui olhar os estados, cadê Minas Gerais? Onde está Minas Gerais? Estão ali o Acre, com a meta de eletrificar 2 mil residências; Amazonas, 8.300; Amapá, 7.800; Bahia, 31 mil; Goiás, 2 mil; Maranhão, 8 mil; Mato Grosso, 3 mil; Pará, 16 mil; Piauí, 6 mil; Rondônia, 3 mil; e Roraima, 4 mil, totalizando 95 mil novas ligações, que estão incluídas neste decreto. E não tem Minas Gerais. Que coisa, não é?

Eu fico sem saber o que a gente faz. E eu fico pior ainda porque estou aqui em Montes Claros, mas doido para estar aí na Assembleia para fazermos essas discussões mais amiúde, com mais força, para fazermos uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, enfim na sua comissão, Leninha, para que possamos saber o que Minas Gerais vai apresentar, qual é a alternativa de Minas Gerais. Por que Minas Gerais não está? Cadê a Cemig?

Eu acho que a Cemig está preocupada – sabe com o quê, gente? Em privatizar aquela empresa. E se ela privatizar essa empresa mesmo, talvez eu esteja falando diferentemente da Marília, que eu estou vendo aí na tela, da Leninha e de vários outros. Mas se for para ficar desse jeito inoperante, sem uma proposta de revitalização, sem uma proposta de ampliação do serviço, de investimentos, que privatizem logo, pelo amor de Deus. Ver uma situação dessa aqui na nossa região, em que milhares de pessoas estão precisando do Luz para Todos, do governo federal, com o apoio do governo do Estado, e ver que Minas Gerais está fora desse decreto dá vontade de chorar.

Então, eu queria fazer um apelo: talvez possamos fazer uma reunião na Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor, para chamar esse pessoal da Cemig e perguntar: o que aconteceu? Por que Minas Gerais está fora desse decreto que prorroga, para até 2022, o investimento de R\$1.100.000.000,00? E nós não vamos ter – pelo menos até hoje – o Programa Luz para Todos, ampliando para a população de Minas, do Nordeste de Minas, do Noroeste de Minas, do Norte, do Jequitinhonha, do Mucuri, enfim para essas áreas mais pobres, ou pelo menos mais esquecidas, onde o povo está ainda com luz de vela, com lamparina. E nós não vamos ter o Luz para Todos.

Quero agradecer. Desculpem-me o desabafo, mas são situações em que não podemos ficar calados, porque estamos vendo o interesse popular, o interesse do povo brasileiro, do povo mais pobre, do povo esperançoso, ser jogado de lado, em função de interesses outros. Muito obrigado.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 6.298 e 6.314/2020, da Comissão de Segurança Pública, e 6.557/2020, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/10/2020**

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Andréia de Jesus e os deputados Gil Pereira e Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019, que regulamenta a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É reiterado por determinação da presidência o Requerimento nº 6.818/2020. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, representando o secretário; e Lígia Cristina Lazarini, gerente de Patrimônio da VLI Logística; e os Srs. Ariston Ayres Rodrigues, coordenador-geral de Patrimônio Ferroviário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit; Jean Mafra dos Reis, superintendente substituto de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres – Sufer/ANTT –, representando o diretor-geral em exercício; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; e José Geraldo Azevedo, gerente-geral de Relações Institucionais da VLI. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.478/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à VLI Logística e à MRS Logística pedido de providências para que essas empresas criem programas de apoio ao transporte, até o destino final, de bens ferroviários móveis doados ou cedidos para fins de implantação de trens turísticos no Estado; e sejam encaminhadas aos referidos órgãos as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater os impactos e as oportunidades promovidos pelo Decreto Federal nº 10.161, de 2019;

nº 7.479/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e à Fundação Dom Cabral pedido de providências, anexando-se as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, para que o Plano Estratégico Ferroviário do Estado de Minas Gerais contenha propostas para o aproveitamento de bens móveis e imóveis que poderão ser disponibilizados para projetos ferroviários no Estado, com base no Decreto Federal nº 10.161, de 2019;

nº 7.480/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao secretário do Patrimônio da União pedido de informações consubstanciadas em um catálogo com a relação de todos os bens imóveis ferroviários não-operacionais localizados no Estado, incluindo terrenos e prédios históricos;

nº 7.481/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações consubstanciadas em um catálogo que contenha a relação de todos os bens móveis ferroviários não-operacionais localizados no Estado;

nº 7.482/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações consubstanciadas em um catálogo que contenha a relação dos bens móveis e imóveis ferroviários vinculados a contratos de arrendamento que serão extintos, nos termos do Decreto nº 10.161/2019;

nº 7.483/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Pirapora, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros;

nº 7.484/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Monte Azul, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros;

nº 7.485/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Montes Claros, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros;

nº 7.486/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com o Município de Janaúba, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros;

nº 7.487/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a comunidade de Bocaiuva, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica, no Norte de Minas, controlada pela VLI, e a reativação do transporte de passageiros;

nº 7.490/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do DNIT pedido de providências para que seja garantido o uso exclusivo para projetos ferroviários, identificados na cláusula terceira do Termo de Cessão nº 12/2019/DIF/DNIT, do terreno da antiga RFFSA, situado no Bairro Boa Vista (Horto Florestal), em Belo Horizonte;

nº 7.494/2020, dos deputados Carlos Pimenta, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com a concessionária VLI Logística, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a comunidade interessada, a implantação do trem turístico de Além Paraíba.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2020.

João Leite, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2020, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o orçamento para a Fapemig em 2021 e a importância do fortalecimento da instituição para a pesquisa no Estado.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.356/2019****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Virgílio Guimarães, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Pau d'Óleo, com sede no Município de São Francisco, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.356/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Pau d'Óleo, com sede no Município de São Francisco, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo contribuir para a melhoria de vida de seus associados através da proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, o combate à fome e a pobreza através do incentivo à criação de hortas e roças comunitárias ou grupos de pequenos produtores com distribuição de alimentos; promoção da inserção e integração dos beneficiários ao mercado de trabalho e divulgação da cultura e do esporte, bem como a proteção do meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária de Pau d'Óleo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.356/2019 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2020.

Gustavo Valadares, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Sílvio Antônio Félix, prefeito municipal de Bueno Brandão, e com o Sr. Renato Tadeu Sassmannshausen pela conquista do Certificado de Produção de Alimentos Orgânicos, produzidos em sua propriedade, nesse município, conferido pelo Genesis Group, credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Requerimento nº 5.449/2020, do deputado Duarte Bechir);

de pesar pelo falecimento do Sr. Fábio Lafeté Rebello, ocorrido em Montes Claros, em 20/5/2020 (Requerimento nº 5.677/2020, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com Bruna Carolina da Silva pela conquista do segundo lugar no Prêmio Juventude Rural Inovadora na América Latina e no Caribe (Requerimento nº 6.049/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com o presidente e com o diretor técnico da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Campo Florido – Canacampo –, Daine Frangiosi e Rodrigo de Carvalho Nogueira (Rodrigo Piau), respectivamente, e com o presidente da Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais – Siamig –, Mário Campos, pela realização da 12ª edição da Megacana Tech Show (Requerimento nº 6.123/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de pesar pelo falecimento de José Carlos da Silva, o Carlinhos do Hospital (Requerimento nº 6.377/2020, do deputado Fernando Pacheco);

de congratulações com o Sr. Clodesmidt Riani, ex-deputado estadual e líder sindical, pelo seu centenário de vida e por todos os anos de trabalho e luta em prol da classe trabalhadora da Zona da Mata e de todo o Estado (Requerimento nº 6.501/2020, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sr. Lucio Borges pela assunção da presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais. (Requerimento nº 6.503/2020, da Comissão do Trabalho).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

**REQUERIMENTO Nº 5.066/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – em Belo Horizonte pedido de providências para que as ações de fiscalização sanitária realizadas no Estado considerem os casos já comprovados de senecavírus SVA em suínos no território de Minas Gerais e que a realização dos exames necessários para descartar a possibilidade de febre aftosa não implique em interdição de frigoríficos ou restrições mercadológicas para o setor de suinocultura do Estado.

Sala das Reuniões, 26 de março de 2020.

Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

**Justificação:** A infecção pelo Senecavírus A ou doença vesicular associada à infecção com o SVA é um exemplo de doença emergente que se tornou endêmica em algumas regiões do país. Um dos agravantes é a presença de vesículas, semelhantes à aftosa, em suínos ao abate, o que pode causar problemas econômicos, uma vez que a inspeção realizada pelos órgãos de defesa sanitária podem determinar, inclusive, a interdição de frigoríficos até que seja descartada, por meio de exames laboratoriais, a possibilidade de se tratar de febre aftosa. Em Minas Gerais, alguns municípios vêm sofrendo com vários casos de SVA e com o fechamento de frigoríficos, sendo necessária a atuação conjunta tanto da superintendência do MAPA em Minas Gerais, quanto do IMA, de modo a garantir a separação e realização dos exames necessários nos animais identificados com doença vesicular, sem a interdição total do frigorífico ou da granja, uma vez que, baseando-se nos dados epidemiológicos e nos diversos exames já realizados, foi devidamente descartada a existência de febre aftosa no rebanho suíno do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 6.262/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para garantir, além da realização de consultas públicas, a participação dos produtores de Queijo Minas Artesanal ou seus representantes, pesquisadores e profissionais especializados na elaboração dos regulamentos sanitários relativos aos processos produtivos de queijos artesanais do Estado, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 23.157, de 18/12/2018, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de setembro de 2020.

Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

#### REQUERIMENTO Nº 6.353/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para a intensificação da fiscalização nas propriedades rurais de bovinocultura de corte e de leite do Estado, para garantia do efetivo cumprimento da legislação federal que proíbe a utilização de cama de frango e de qualquer outro alimento de origem animal para alimentação dos bovinos, pelo risco que oferecem à sanidade do rebanho e da população. O descumprimento da legislação pode gerar auto de infração, além de colocar em risco a saúde dos animais e da população como um todo, em razão de sérias consequências de saúde pública, sem contar prejuízos sociais e econômicos para o Estado.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2020.

Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

**Justificação:** A cama de aviário ou cama de frango, como é mais conhecida, é o conjunto do material utilizado para forrar o piso dos galpões de granjas, que pode ser de palha de arroz, feno de capim, sabugo de milho triturado ou serragem com as fezes, urina, restos de ração e penas que se misturam com esse material, e que antigamente era utilizado como alimento de ruminantes, antes de sua relação com o surto da doença da “Vaca Louca” na Europa.

Segundo determinação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, os subprodutos de origem animal como: a cama de frango, farinha de sangue, de carnes e ossos, de resíduos de açougue, dejetos de suínos, sangue e derivados, entre outros, são proibidos na alimentação de ruminantes, pelos sérios riscos à saúde animal e das pessoas. A proibição contida na Instrução Normativa nº 8 de 25/3/2004 do MAPA se deve pelo risco dos animais que utilizam esse tipo de alimentação desenvolverem síndromes neurológicas, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina, popularmente conhecida como “Mal da Vaca Louca”, doença que pode ser transmitida através de uma proteína presente em animais infectados; além de Botulismo, outra doença ocasionada pelo uso desses subprodutos, que ocorre devido à ingestão da toxina do clostridium botulinum que pode ser encontrada no meio ambiente, em carcaças de animais, fezes e até mesmo no tubo gastrointestinal de animais mortos. O Botulismo causa paralisia muscular do animal, levando-o à morte.

Além da possibilidade de veicular agentes infecciosos, a possível presença de bactérias e resíduos de inseticidas e antibióticos representam um perigo na utilização da cama de frango na alimentação de animais, e também para o consumo de produtos de origem animais provenientes de bovinos tratados com cama de frango, pelo risco que representa para a saúde humana.

Por essas razões é tão importante a realização de ações de vigilância permanente por parte do IMA, para mitigação de riscos e preservação da sanidade do rebanho do Estado e do país, visando a não utilização de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes, diminuindo o risco do surgimento de doenças e garantindo a proteção da saúde pública dos mineiros.

#### **REQUERIMENTO Nº 6.498/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola aprovado na 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja alterada a forma de fornecimento da alimentação dos servidores dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado, passando-se a realizar o pagamento por meio de vale-alimentação, diante dos graves relatos apresentados na audiência pública desta comissão, em 13/10/2020, sobre a total inobservância dos critérios mínimos de higiene e conservação pela prestadora desse serviço.

Por oportuno, informa que a 16ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a grave situação de déficit do efetivo de servidores da área de segurança pública no Estado, particularmente dos sistemas prisional e socioeducativo, bem como as condições das refeições fornecidas aos servidores do sistema prisional, em especial no dia 12/9/2020, quando a empresa contratada entregou ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto marmitas transportadas em meio a baratas, com total inobservância dos critérios mínimos de higiene e conservação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.507/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Coronel Henrique aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Federação Mineira de Vôlei – FMV – pedido de providências para que sejam coletadas por essa federação, em conjunto com as demais federações esportivas que ocupam o Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, as necessidades e as particularidades demandadas por essas instituições para alocação em novo espaço.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a determinação, apresentada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e pela Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, de desocupação, pelas federações e instituições esportivas do Estado, das salas do Mineirinho, destinadas, há várias décadas, a sediar essas importantes entidades esportivas de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.508/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Coronel Henrique aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja retomado urgentemente o fornecimento regular de energia elétrica ao Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a determinação, apresentada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e pela Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, de desocupação, pelas federações e instituições esportivas do Estado, das salas do Mineirinho, destinadas, há várias décadas, a sediar essas importantes entidades esportivas de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.510/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité pedido de providências para seja apresentado cronograma de nomeações dos candidatos aprovados no concurso referente ao Edital 01/2016, da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a existência de inúmeros cargos preenchidos por contratação temporária.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.511/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito de Ibirité pedido de

informações sobre os critérios adotados pela administração pública municipal a respeito da contratação temporária de servidores na Secretaria Municipal de Educação durante o processo de escolha de candidatos decorrentes dos editais de processo seletivo simplificado da atual gestão, tendo em vista a denúncia da adoção de regras subjetivas que contrariaram as regras estabelecidas pelos referidos editais.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.512/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Carlos Pimenta aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam apurados os incêndios florestais nos parques estaduais de todo o Estado, tendo em vista indícios do caráter criminoso.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.513/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que exija da empresa Industrias Nucleares do Brasil – INB –, sob pena de multa, que o plano de emergência da barragem de urânio, localizada no Município de Caldas, respeite a Lei nº 23291/2019, no que se refere à zona de autossalvamento, considerando toda a população no entorno da barragem, e não apenas 15 pessoas, conforme noticiado.

Sala das Reuniões, 10 de outubro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

#### **REQUERIMENTO Nº 6.514/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 13/10/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao prefeito municipal de Ibirité pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado contendo o quantitativo e a descrição dos cargos públicos vagos preenchidos ou não por servidores contratados temporariamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Sala das Reuniões, 14 de outubro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 51/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 130/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/11/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Diretoria de Comunicação Institucional e de outras áreas da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 67/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 163/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/11/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa prestadora de serviços de lavagem geral com cera e com revitalização de pintura para os veículos da frota da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 22 de outubro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.